

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LAURA MARIA CABRAL SILVA

A formação social brasileira e a gênese da questão social

JUIZ DE FORA
2023

LAURA MARIA CABRAL SILVA

A formação social brasileira e a gênese da questão social

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ednéia Alves de Oliveira

JUIZ DE FORA
2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Laura Maria Cabral.

A formação social brasileira e a gênese da questão social / Laura Maria Cabral Silva. -- 2023.

49 p.

Orientadora: Edneia Alves de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2023.

1. Capitalismo. 2. Questão social. 3. Formação sócio-histórica. 4. Brasil. I. Oliveira, Edneia Alves de, orient. II. Título.



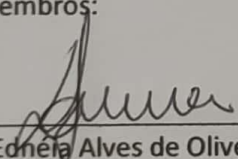
Laura Maria Cabral Silva

A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A GENESE DA QUESTÃO SOCIAL

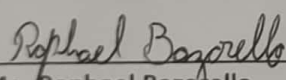
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador(a): Ednéia Alves de Oliveira

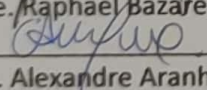
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 12/12/2023, por banca composta pelos seguintes membros:



Profa. Dra. Ednéia Alves de Oliveira – Orientadora



Prof. Me. Raphael Bazzarello



Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia

Nota: 9,0

Juiz de Fora
Dezembro 2023

Dedicado a Rita.

AGRADECIMENTOS

Expresso meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho de conclusão de curso.

A professora Ednéia Alves de Oliveira, pela orientação dedicada, paciência e valiosas sugestões que foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Aos professores Raphael Bazarelo e Alexandre Aranha Arbia, por aceitarem participar da banca e contribuírem com o debate acerca do tema.

A minha família, Rita, Paolla e Rodrigo, pelo apoio incondicional, compreensão e incentivo ao longo desta jornada acadêmica.

A Rapha, por todo amor, compreensão e carinho para que eu pudesse manter o equilíbrio emocional e finalizar essa etapa acadêmica.

Às amigas, que de alguma forma contribuíram para este trabalho, pois este projeto é resultado de uma jornada coletiva.

RESUMO

Este trabalho foi realizado com o objetivo de refletir sobre a formação social brasileira e sua relação com a questão social no país. O estudo elucidou a relação capital/trabalho como essencial para compreender a questão social e, conseqüentemente, as particularidades da questão social brasileira a partir do desenvolvimento do capitalismo tardio. Destaca-se a importância de abordar a questão social de forma crítica, considerando tanto as contradições estruturais do capitalismo quanto às dimensões culturais do território, uma vez que a compreensão da questão social no Brasil exige uma abordagem que leve em conta fatores econômicos e sócio-históricos. Para isso, a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica o que permitiu acessar um número relevante de informações sobre o assunto. Nesse sentido, foram consultados livros e artigos científicos de autores que abordam o tema em foco, dentre eles: Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Caio Prado Jr., entre outros. Observou-se que a questão social se manifesta de forma distinta em cada país devido às características próprias da formação social. No caso brasileiro, a questão social está diretamente ligada à herança escravista, à concentração de terras e riquezas e à heterogeneidade regional.

Palavras-chave: Capitalismo; Questão social; Formação sócio-histórica; Brasil.

ABSTRACT

His work was carried out to reflect on Brazilian social formation and its relationship with the social matters in the country. The study elucidates the capital/labor relationship as essential to understanding societal concerns and, consequently, the particularities of the Brazilian collective issues based on the development of late capitalism. It highlights the importance of approaching society's hardships critically, considering both the structural contradictions of capitalism and the cultural dimensions of the territory. Understanding the social matters in Brazil requires an approach that takes into account economic and socio-historical factors. To this end, the methodology adopted was a bibliographical review, which allowed access to a significant amount of information on the subject. To this end, we consulted books and scientific articles by authors who deal with the subject in question, including Florestan Fernandes, Octávio Ianni, and Caio Prado Jr., among others. It was observed that the social issues manifest themselves differently in each country due to the specific characteristics of the social formation. In the case of Brazil, the social matters are associated with the legacy of slavery, the concentration of land and wealth and regional heterogeneity.

Keywords: Capitalism; Social matters; Socio-historical formation; Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA	11
1.1 Relação Capital/Trabalho para o surgimento da questão social	11
1.2 A emergência e a naturalização da questão social	17
2 A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO	24
2.1 Formação sócio-histórica do Brasil	24
2.2 Os desdobramentos para questão social no Brasil	33
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIA BIBIOGRAFICA	44

INTRODUÇÃO

O vigente trabalho, apresentado à Faculdade de Serviço Social, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, tem como objetivo ponderar as características da questão social no modo de produção capitalista e na formação sócio-histórica do Brasil. De acordo com Ianni (1989), a crise econômica e social, inerente ao modo de produção capitalista, expõe as desigualdades e as injustiças presentes na sociedade, tornando a questão social mais evidente e urgente.

Vale ressaltar que o interesse pelo tema surgiu no decorrer dos estudos inerentes à formação acadêmica, mas se intensificou a partir da participação da autora do presente trabalho no projeto de iniciação científica intitulado “A influência do marxismo na produção teórica do Serviço Social: uma análise da Revista Serviço Social e Sociedade” e no grupo de estudos “Dynamis”, ambos organizado pela Profa. Dra. Ednéia Alves de Oliveira. Tais participações oportunizaram compreender a relevância de projetos nacionais para a emancipação econômica e social.

Segundo (Marini (2000) os países latino-americanos têm sido historicamente explorados pelas grandes potências. Desta forma, apesar da questão social ter sua origem na Lei Geral de Acumulação¹, cada país possui características próprias que influenciam nas expressões da questão social. Ao considerar a questão social como parte constitutiva das relações sociais capitalistas, Iamamoto (2001, pág.10) afirma que a mesma “é parte apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”,

As perspectivas pós-modernas vêm ganhando espaço nas discussões frente à questão social, a qual passa a ser elucidada como uma característica nova da sociedade, desconsiderando a relação capital/trabalho. Por essa razão, autores como

¹ A Lei Geral de Acumulação, apresentada por Karl Marx em sua obra “O Capital”, propicia uma análise crítica referente às dinâmicas do capitalismo, destacando suas contradições internas e os impactos nas relações sociais. Tal obra desempenha um papel crucial na compreensão da dinâmica do modo produção capitalista, pois elucidada a forma como o capitalismo opera, ou seja, esclarece que acumulação de capital favorece apenas os detentores dos meios de produção.

Harvey (2004) e Antunes (1995) argumentam que a abordagem pós-moderna, ao focar exclusivamente nas dimensões culturais, pode negligenciar a estrutura subjacente à exploração e ao domínio que é especificamente do modo de produção capitalista. Em continuidade, as perspectivas pós-modernas tendem a enfatizar a diversidade cultural e identitária, muitas vezes relegando a segundo plano o estudo crítico do capitalismo e das relações de trabalho. Ao fazer isso, elas podem ignorar a estrutura econômica e política que sustenta a exploração e a desigualdade no capitalismo.

Portanto, é importante buscar uma abordagem crítica que considere tanto as dimensões sócio-históricas quanto as contradições estruturais do capitalismo para compreender a realidade social de forma mais abrangente. Segundo Paula (1992, p.20), “Enquanto a realidade capitalista existir, nas suas formas, nas suas consequências, o marxismo continuará sendo o mais importante instrumento analítico de intervenção. Portanto, é um instrumento de crítica e também de autocrítica”.

Ao longo do trabalho, busca-se elucidar a relação capital/trabalho como fundamental para a compreensão da questão social, visto que o estudo do tema possibilita evidenciar as condições de vida das classes e as diferentes manifestações da realidade do modo de produção capitalista. Com o fortalecimento do capitalismo e, conseqüentemente, um controle das relações sociais, gera-se um antagonismo entre capital e trabalho. De acordo com a perspectiva marxiana, o proletariado só existe devido a essa subordinação, pois não existe sociedade capitalista sem as relações postas pelo trabalho.

Para Marx (2013), a crise econômica e social, inerente ao modo de produção capitalista, é resultado da busca constante por lucro, que leva o capital a adotar medidas para reduzir os salários e aumentar a competitividade. Esse processo resulta em uma população de trabalhadores que não têm emprego fixo e que, portanto, estão sujeitos a condições precárias de trabalho e de vida. Ademais, a crise econômica e social expõe as desigualdades e injustiças presentes na sociedade, tornando evidente a necessidade de se pensar em alternativas ao capitalismo, que possam garantir uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades.

Em consonância, Iamamoto (1998) aponta que a questão social reside na constatação de que, no modo de produção capitalista, a riqueza é produzida coletivamente pela classe trabalhadora, mas a sua apropriação está nas mãos da elite, detentora dos meios de produção. Desta forma, a partir das formulações de Marx (2013), é possível compreender que o modo de produção capitalista faz com que a maioria da população trabalhe arduamente para garantir a sua subsistência, enquanto uma minoria detém o controle dos recursos e dos mecanismos de decisão. Em outras palavras,

A questão social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998 p.27)

Nesse sentido, este trabalho justifica-se pela relevância da continuidade de estudos acerca da questão social no Brasil, a partir da formação sócio-histórica do país, elucidando a relação entre o capitalismo dependente, a concentração de riquezas, a exploração do trabalho e as desigualdades sociais. Como apontado por Fernandes (1989), em virtude das condições históricas da formação do Estado no Brasil, é possível perceber o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista no país, pois a sociedade nunca rompeu com suas formas tradicionais de organização, evidenciando a articulação entre o arcaico e o moderno.

Diante do exposto, foi realizada uma revisão bibliográfica, pois, como bem apontado por Gil (2008), essa metodologia tem um papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, uma vez que permite aos pesquisadores explorar, analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre uma determinada temática.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para

contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. (GIL, 2008, pág. 50)

Por conseguinte, foram consultados livros e artigos científicos de autores que abordam o tema proposto, tais como: Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Caio Prado Jr, Marilda Iamamoto e José Paulo Netto, entre outros. A partir da revisão bibliográfica foi identificado os principais conceitos, categorias, temas, convergências e divergências entre os autores referenciados, o que oportunizou o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO I: QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Neste capítulo, é apresentado a dinâmica entre capital e trabalho no modo de produção capitalista e a mercantilização da existência humana como implicações para construção da questão social. Ademais, a questão social é uma manifestação inseparável da dinâmica específica do capital, uma vez que está diretamente relacionada às contradições e desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista. A busca da classe dominante por maximizar o controle sobre os meios de produção e acumulação de capital leva à exploração e às condições adversas de trabalho para a classe trabalhadora e por consequência, a exploração do trabalho está intrínseca à produção e reprodução da questão social.

1.1 A relação trabalho/capital para o surgimento da questão social

A presente seção, com o intuito de compreender as expressões da questão social no modo de produção capitalista, tem como centralidade a dinâmica entre capital e trabalho. Marx e Engels (2005) apontam o trabalho como principal determinante da vida do sujeito e, por consequência, a vida do homem é negada quando o trabalho se transforma em mero instrumento para sua sobrevivência. Em outras palavras, quando a mercadoria “ganha” vida o sujeito “perde” a vida. Desta forma, para compreender as dinâmicas da questão social, devemos pensar nas relações de poder, exploração e desigualdade que caracterizam o modo de produção capitalista a partir do trabalho. Nas palavras de Iamamoto (2001),

a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos. O próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador ‘livre’ que vende sua força de trabalho – ou uma medida determinada de seu tempo de vida – e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral. Assim os agentes principais dessa sociedade – o capitalista e o trabalhador assalariado aparecem como personificações do capital e trabalho, isto é, portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais, produtos destas relações, no âmbito das quais afirmam seu protagonismo (IAMAMOTO, 2001, pág. 13).

A inversão de valores e a mercantilização da existência humana são características inerentes ao modo de produção capitalista, as quais suscitam profundas implicações na construção da questão social. Ao compreender o trabalho como principal determinante da vida do sujeito no modo de produção capitalista, exige-se uma divisão do trabalho que limita a perspectiva do sujeito e acaba por transformá-lo em uma mera peça da engrenagem da produção. Os estudos marxistas são de grande relevância para compreender a dinâmica da sociedade capitalista, uma vez que apontam para a constituição das classes sociais, ou seja, o lugar e o papel que cada membro ocupa no processo de produção. Marx (2013) afirma que a constituição das classes sociais no modo de produção capitalista perpassa duas categorias, sendo elas: o proprietário dos meios de produção e o proprietário da força de trabalho.

Na primeira categoria de análise, encontra-se o proprietário dos meios de produção, cujo objetivo principal é a busca contínua pelo lucro. Essa classe detém o controle sobre os meios de produção, desfrutando dos benefícios resultantes da exploração da força de trabalho.

Já na segunda categoria temos o proprietário da força de trabalho, aquele que para sua própria subsistência se vê obrigado a vender sua capacidade laborativa. Esse segmento da sociedade, destituído dos meios de produção, é obrigado a se submeter ao mercado de trabalho, muitas vezes sob condições deploráveis, a fim de garantir sua sobrevivência e a de sua família. Para esse grupo, o salário representa não apenas uma fonte de sobrevivência, mas também o vínculo à lógica do mercado capitalista.

Ao compreender as categorias econômicas delineadas por Marx (2013), é possível verificar que o desenvolvimento do capitalismo se deu por meio de uma combinação de várias etapas e formas de produção e reprodução de valor. Verifica-se que no capitalismo há uma defesa da propriedade privada como forma única de existência através das dimensões do trabalho, ou seja, o trabalho como mercadoria, a partir de categorias como “trabalho concreto” (que se manifesta no valor de uso) e “trabalho abstrato” (que se manifesta no valor de troca).

De acordo com Marx (2013), o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, não percebe que o valor total gerado por sua jornada de trabalho não se reflete integralmente em seu salário. Esse desconhecimento é parte da alienação que ocorre no modo de produção capitalista, fenômeno objetivo do modo de produção capitalista. A ideia de que o salário representa apenas uma parte da jornada de trabalho enfatiza a exploração específica do capitalismo.

Conforme delineado por Marx (2013), o mais-valor é a parte do trabalho excedente que não é remunerada aos trabalhadores, mas que é captada de forma privada pelos proprietários dos meios de produção. Ademais, a jornada de trabalho é destacada como um elemento crucial para a efetivação da exploração. Marx salienta que a jornada de trabalho se divide entre o tempo necessário para a reprodução da força de trabalho e o tempo excedente. Em outras palavras, o mais-valor é o tempo necessário para que o trabalhador produza: o valor da mercadoria, o valor equivalente a seu salário e o valor que será apropriado pelo capitalista.

O valor da força de trabalho, a exemplo de outra mercadoria qualquer, se determina pelo tempo de trabalho necessário para a produção, portanto, também para a reprodução deste artigo específico. Na medida em que é valor, a força de trabalho mesma representa uma quantidade determinada de trabalho médio social objetivado nela... Portanto, o tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho se resolve no tempo de trabalho necessário ou, dito de outra maneira, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários para a conservação do possuidor daquela (MARX, 1988, p.208).

Marx (2013) argumenta que é no âmbito da produção que o capital se movimenta para gerar valor, sendo a força de trabalho humana a principal responsável por essa valorização. Desta forma, a força de trabalho é identificada como o elemento central no processo de acumulação. É por meio do trabalho humano que o valor é gerado, permitindo o surgimento do mais-valor, que é a base do lucro capitalista, ou seja, o trabalho realizado pelo trabalhador é o que transforma o dinheiro do capitalista em capital.

Marx e Engels (2009) esclarecem que quanto mais produtivo for o trabalho, ou seja, quanto mais bens e serviços um trabalhador conseguir produzir em um

determinado período, mais eficiente e competitiva será a empresa. Em continuidade, a extração de produtividade ocorre porque o capitalista paga ao trabalhador apenas o valor necessário para a sua subsistência, isto é, o valor necessário para a manutenção da sua força de trabalho.

Esse é o cerne da exploração capitalista: obter lucro ao se apropriar do valor que excede o valor pago aos trabalhadores pelo seu trabalho em forma de salário. Posto isto, a compreensão da categoria mais-valor permite considerar que a exploração do trabalho é fundamental para a acumulação de capital, mas também para a produção e reprodução da pobreza. A riqueza é continuamente extraída da classe trabalhadora, que se vê privada dos resultados do seu trabalho. A busca constante por lucro leva o capital a adotar medidas para reduzir os salários e aumentar a competitividade.

Como consequência à separação do trabalhador dos meios de produção, a concentração e centralização² de capital, ou seja, a tendência dos capitais de se concentrarem em um número cada vez menor de empresas e grupos econômicos, contribui para a exclusão social e para a precarização do trabalho. Esse fenômeno é exacerbado pela expansão urbana e concentração de pessoas em áreas onde a infraestrutura muitas vezes não consegue acompanhar o crescimento populacional, se manifestando em uma série de problemas que afetam a vida de grandes segmentos da população, tais como: desemprego, pobreza, fome, violência, entre outros.

Marx (2013) esclarece que a concentração/centralização do capital está intrinsecamente relacionada à Lei Geral de Acumulação capitalista, na qual a acumulação de capital amplia a parte do capital constante e diminui relativamente a parte do capital variável. Isso resulta na redução relativa da parte variável do capital, o que gera uma aparência de crescimento absoluto da população trabalhadora em relação ao capital variável ou aos meios de ocupação dessa população. Essa

² A concentração refere-se ao aumento da centralização dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, resultando na fusão e aquisição de vários capitais por um mesmo, formando os monopólios. Já a centralização está ligada à distribuição dos capitais já existentes e altera apenas o quantitativo dos componentes do capital social. Ela envolve a criação de grupos industriais fortes, nos quais ocorre a disputa por preços e investimentos científicos e tecnológicos.

dinâmica da acumulação de capital produz desigualdades sociais, criando uma tensão entre capitalistas e trabalhadores.

Outra característica dentro do modo de produção capitalista, como bem explanado por Marx e Engels, é a formação de um exército industrial de reserva, mão-de-obra mantida ociosa fora do mundo do trabalho, para que se mantenha os salários baixos, garantindo maior exploração e extração de mais-valor. Assim posto, o exército industrial de reserva é inerente ao processo de produção tipicamente capitalista e serve para manter o nível dos salários relativamente no limite. Conforme apresentado por Marx (2013), o exército industrial de reserva é composto por diferentes grupos de trabalhadores, como os desempregados, os subempregados, os trabalhadores informais e os trabalhadores sazonais. Esses trabalhadores são considerados uma reserva de mão de obra para o capitalismo utilizar em momentos de expansão econômica ou de necessidade de mão de obra.

A partir das contribuições de Marx, Oliveira (2010) caracteriza que o exército industrial de reserva em superpopulação relativa flutuante e, a superpopulação relativa estagnada. Na primeira, percebe-se que o aumento no número de empregados não ocorre na mesma proporção do aumento da produção, criando um excedente de mão de obra, o que coloca pressão sobre os salários. Na segunda, encontra-se os trabalhadores irregulares cujas ocupações não se encaixam na indústria. Apesar de não se encaixarem nos setores principais da economia, esses trabalhadores contribuem para a lógica da acumulação, pressionando o contingente de trabalhadores excedentes para cima.

Marx (2013) destaca que esta forma de superpopulação relativa estagnada é crucial para a dinâmica da acumulação capitalista. Em suma, Marx (2013) argumenta que a superpopulação relativa é uma característica intrínseca do capitalismo, resultando em um excedente de trabalhadores que contribui para a acumulação de riqueza, mas ao mesmo tempo leva à pauperização e miséria de uma parte significativa da classe trabalhadora.

Oliveira (2010) aponta que a formação do exército industrial de reserva ocorre devido ao dinamismo do processo de acumulação de capital e à correlação de forças

na sociedade protagonizada pela organização dos trabalhadores. Em momentos de expansão de alguns ramos da produção, a demanda por força de trabalho é maior, enquanto em outros momentos, o emprego de mais tecnologia reduz a necessidade de trabalhadores. Esse movimento de inserção ou expulsão dos trabalhadores é iminente ao processo de produção capitalista.

O papel do exército industrial de reserva na manutenção do modo de produção capitalista é fundamental, pois garante a disponibilidade de uma força de trabalho excedente, que pode ser absorvida pela produção quando necessário. O capital precisa desse excedente de trabalhadores para extrair mais trabalho da parte do capital empregado. Isso significa, segundo Marx (2013), que a diminuição do capital variável não implica em menos trabalho ou mais tempo livre para os trabalhadores, mas sim em uma maior produtividade do trabalho. Quanto maior a produtividade extraída da força de trabalho, maior será a acumulação de capital e a riqueza do proprietário dos meios de produção. A existência de uma reserva de mão de obra disponível para o mercado de trabalho exerce uma pressão sobre os salários, pois os trabalhadores estão dispostos a aceitar remunerações inferiores para garantir um emprego e sua subsistência.

Desta forma, como apontado por Oliveira (2010), é intrínseco ao modo de produção capitalista gerar desemprego/subemprego e, por consequência, um exército industrial de reserva, ou também conhecido como “superpopulação relativa”. Em outras palavras, esses trabalhadores são mão-de-obra ociosa, justificada pela necessidade de manter salários baixos e, conseqüentemente, garantindo maior exploração e extração de mais-valor. Tal processo resulta em uma população de trabalhadores sem emprego fixo e que, portanto, está sujeita a condições precárias de trabalho e vida, uma vez que sua inserção ou exclusão no mercado de trabalho depende de momentos de crise/e ou expansão do processo de industrialização, da pressão dos trabalhadores organizados ou, ainda, das políticas governamentais.

Oliveira (2010) afirma que a superpopulação relativa representa a quantidade de trabalhadores excedentes à demanda por trabalho, representando a mão de obra que não é utilizada de forma plena e que por consequência contribui para a precarização do trabalho e para reprodução da produção da pobreza. É nesse segmento da classe

trabalhadora que as expressões da questão social se apresentam de forma mais evidente.

Em continuidade, Oliveira (2010, pg.281) aponta que “paralelo ao crescimento da superpopulação relativa, assiste-se à crescente precarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora”, em outras palavras, as mudanças ocorridas na sociedade atual intensificam o processo de acumulação de riquezas, levando a uma crescente superpopulação relativa, desencadeando o aprofundamento da questão social.

Como destacado por Yamamoto (2001), tal processo fomenta o crescimento do capital, enquanto as condições de vida da classe trabalhadora permanecem precárias, intensificando as expressões da questão social. Conforme Netto (1981), a dinâmica da sociedade capitalista perpetua a desigualdade e a marginalização da classe trabalhadora, tornando a questão social uma característica inerente e persistente do modo de produção capitalista. Portanto, para abordar a questão social, é necessário compreender a exploração intrínseca que a sustenta.

Diante do exposto, a relação trabalho/capital para o surgimento da questão social é de extrema relevância. Sendo assim, faz-se necessário compreender tal questão como parte constitutiva das relações capitalistas. Na próxima seção, será elucidado o processo da emergência da questão social frente à luta de classes, bem como seu processo de naturalização realizado pelo capital.

1.2 A emergência e a naturalização da questão social

Ao estudar a questão social faz-se necessário considerar fatores sociais, políticos e culturais, com o intuito de obter uma compreensão mais ampla sobre o tema em foco. Para Netto (2001), a depender da perspectiva de análise dos projetos societários, a temática da questão social pode ter compreensões e atribuições diversificadas. O autor evidencia que a expressão questão social advém do pauperismo decorrente dos impactos da primeira onda industrializante do capitalismo, iniciada na Inglaterra no final do século XVIII.

A partir da segunda metade do século XIX, a questão social deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais e se transfere também para o vocabulário do pensamento conservador. Em outras palavras, a partir da manutenção e da defesa da ordem burguesa, a questão social perde paulatinamente sua estrutura histórica e é colocada como uma característica natural da sociedade. Para Iamamoto (2001), a culpabilização dos mais pobres e a ausência de responsabilidade do Estado na garantia de direitos sociais contribuem para a naturalização da questão social de várias formas.

A pauperização massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial concorrencial. Netto (1981) aponta que o capitalismo experimenta profundas modificações em seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, social e política. Sendo assim, por consequência, modificações que derivam na emergência da questão social - que inicialmente decorreu da perspectiva efetiva de uma revolta contra a ordem burguesa.

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente (NETTO, 2001. Pg.42).

Em continuidade, segundo Ianni (1989, p,145), é possível compreender que a questão social “reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e poder estatal”. Desta forma, pensar a questão social é elucidar que esta é resultado das desigualdades e conflitos presentes no mundo do trabalho, envolvendo diferentes grupos e suas relações com o poder estatal e que passa a ser temática para o Estado a partir do acirramento da luta de classe.

Assim posto, a questão social é um fenômeno complexo e multifacetado que se manifesta de diversas formas na sociedade. Ela está relacionada às desigualdades e

conflitos presentes no mundo do trabalho, envolvendo diferentes grupos e suas relações com o poder estatal. Entre as principais manifestações da questão social na sociedade atual podemos citar, como elucidada Netto (2006), o aumento do pauperismo, da desigualdade social, da exclusão social, da violência urbana, da falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação e moradia, entre outros.

De acordo com Marx e Engels (2005), a realidade social só pode ser modificada por meio da ação humana, desse modo é importante compreender que a reflexão marxiana busca perceber o homem e sua trajetória enquanto sujeito e ser social dentro da sociedade. Logo, a compreensão frente a emergência da questão social exige que se considere os elementos da dinâmica das lutas da classe trabalhadora. Portanto, ao discorrer sobre questão social se faz fundamental elucidar 1848³, pois, pela primeira vez na história registrada os trabalhadores começaram a evidenciar sua condição subalterna dentro do modo de produção capitalista.

Conforme as obras de Marx e os levantamentos de Hobsbawm (2013), é possível compreender que os proletariados neste momento começaram a perceber seu papel de explorado e assim organizaram-se enquanto classe – classe em si para classe para si⁴. A partir da emergência do proletariado gera-se um acirramento da relação entre as classes fundantes, ou seja, entre burguesia e proletariado. A fomentação da consciência de “classe para si” reflete nas dinâmicas das lutas que passam a ter um caráter sindical e revolucionário.

Essa transição representa a mudança de uma mera consciência de grupo para uma compreensão mais profunda de sua posição no modo de produção capitalista, ou seja, sua percepção enquanto classe trabalhadora que vivencia explorações similares dentro do modo de produção. Como Marx e Engels (2005) apresentam, a emergência do proletariado como classe organizada teve um impacto significativo na

³ Marco significativo na história da luta de classes. Este período, marcado por revoluções e agitação social em toda a Europa, teve um impacto profundo na dinâmica social e política. Ademais, este momento reflete a insatisfação da classe trabalhadora com sua condição de explorada que caracteriza a sociedade capitalista emergente.

⁴ A transição da "classe em si" para "classe para si" refere-se ao momento em que os trabalhadores não apenas registraram sua condição de explorados, mas também se organizaram em busca de justiça social e emancipação. Essa transição é fundamental para a compreensão da dinâmica das lutas sociais.

relação entre a burguesia e o proletariado. Anteriormente, as lutas dos trabalhadores visavam melhorias pontuais nas condições de trabalho, mas com a conscientização do papel de explorado, o proletariado passou a demandar mudanças mais amplas. Isso levou ao acirramento da relação entre as classes fundantes, ou seja, entre a burguesia e o proletariado.

Assim posto, é possível compreender que a luta proletária mundial possui como marco o século XIX na Inglaterra com o Ludismo - movimento proletariado caracterizado pela destruição das máquinas de fiar como forma de protesto, o Movimento Cartista - inclusão política da classe operária inglesa representada pela Associação Geral dos Operários de Londres, e o Movimento Sindical/ Trade-Unions. Cabe frisar que a consciência política não garante instrumentos teóricos e metodológicos para compreender a gênese da questão social, e como apontado por Netto (2001, pg.45) “o movimento dos trabalhadores tarda ainda alguns anos a encontrar os instrumentos teóricos e metodológicos para apreender a gênese, a constituição e os processos de reprodução da ‘questão social’”.

Iamamoto (2001) destaca que foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, transferindo a questão social para esfera pública e passando a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e na legitimação dos direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. Conforme Marx e Engels (2005), a emergência do proletariado como uma classe consciente de seu papel na sociedade capitalista teve repercussões significativas nas dinâmicas das lutas de classes, visto que deixou de ser uma busca por melhorias pontuais nas condições de trabalho e passou a incluir demandas mais amplas.

Com base em Netto (2001), é possível afirmar que as transformações político-institucionais, promovidas pelo Estado burguês para desenvolvimento do capitalismo monopolista, foram decisivas para a definição da cidadania moderna, como também para as expressões da questão social. A partir da Segunda Guerra Mundial e do processo de reestruturação econômico e social, por exemplo, o capitalismo experimentou “os anos dourados”, que abrangem o pós-guerra até os anos 1960 – 1970. Nesse período, houve um significativo crescimento econômico às custas do crescimento social. Nas palavras do autor, “não por acaso, a primeira metade dos

anos 1960 assistiu à caracterização da sociedade capitalista – evidentemente desconsiderando sua periferia, o então chamado Terceiro Mundo” (2022, pág. 8).

A contradição fundamental entre capital e trabalho, a busca incessante por mais-valor e a tendência à superprodução são aspectos fundantes do capitalismo. Segundo Marx (2013), a aparente estabilidade do capitalismo pode ser vista como uma manifestação da capacidade adaptativa do sistema em responder às pressões econômicas e sociais. No entanto, mesmo durante períodos de crescimento, as contradições fundamentais do capitalismo não são erradicadas, apenas temporariamente atenuadas.

Vale lembrar que “os anos dourados” foram marcados pelo modelo econômico keynesiano, no qual o Estado desempenhou papel significativo na regulação da economia. As políticas keynesianas buscavam mitigar as contradições inerentes ao capitalismo por meio da intervenção estatal na economia, garantindo o pleno emprego e a estabilidade. Essa abordagem contribuiu para uma expansão da classe média. No entanto, a estabilidade relativa não significou uma resolução definitiva das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Em outras palavras, a expansão econômica não eliminou as desigualdades estruturais e a cidadania moderna ainda estava longe de ser universal e igualitária.

Segundo Netto (2009), é nesse contexto que o Estado passa a propiciar um conjunto de políticas que oportunizam à acumulação e à valorização do capital monopolista. Para garantir legitimidade diante das relações de forças estabelecidas no antagonismo entre capital e trabalho, passa a ser função estatal a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente. Para lamamoto (2008), o Estado passa a intervir nas expressões da questão social, a qual passa a ser alvo de políticas sociais, mas ainda garantindo os lucros dos monopólios.

lamamoto (2001) esclarece que a questão social é uma característica que emerge das contradições inerentes e das desigualdades sistêmicas geradas pelo modo de produção capitalista. Ela se manifesta através da disparidade de acesso a recursos, oportunidades e condições de vida adequadas, que estão intrinsecamente relacionadas à estrutura de classes da sociedade capitalista. Enquanto a classe

dominante busca preservar e maximizar seu controle sobre os meios de produção e acumulação de capital, a classe trabalhadora está submetida a condições adversas de trabalho e exploração.

Por consequência, a questão social não pode ser considerada como um fator isolado, mas sim como uma manifestação concreta das especificidades e conflitos específicos ao modo de produção capitalista.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis a dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p.45).

Como vem sendo demonstrado ao longo do texto, a questão social é parte constitutiva das relações sociais capitalistas, deste modo, a questão social é, portanto, uma resultante da dinâmica contraditória do modo de produção que gera riqueza e progresso tecnológico de um lado, mas também reproduz e aprofunda as desigualdades. Com a evolução do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, as condições de trabalho e sobrevivência da classe trabalhadora se tornaram mais precarizadas, a exemplo, percebe-se o aumento do pauperismo e da desigualdade social.

A relação entre o capitalismo e o desenvolvimento da questão social é exposta como uma relação intrínseca e constitutiva do modo de produção capitalista. O reconhecimento da questão social como um problema político não garantiu mudanças estruturais no combate às suas expressões mais latentes porque ainda persiste o modo de produção e a repressão e a criminalização por parte do Estado. Apesar de ser reconhecida a importância política da questão social, as ações efetivas para transformar essa realidade desigual ainda são insuficientes.

Netto (2001) afirma que a questão social não é uma seqüela transitória do regime do capital, mas sim parte fundamental do desenvolvimento do capitalismo. Entretanto,

cabe destacar que a questão social é constantemente naturalizada no âmbito do pensamento conservador. Ao culpabilizar os mais pobres pelos seus próprios problemas, a sociedade passa a enxergar a questão social como algo natural e individual, ignorando a relação entre capital e trabalho. Essa abordagem conservadora foca na responsabilidade individual e desconsidera o papel do Estado na promoção da justiça social e na garantia de direitos sociais. Segundo Oliveira (2010, pg.281), é possível perceber que “está culpabilização dos indivíduos remonta aos primórdios da revolução industrial quando a questão social era objeto de repressão aos pobres, considerados responsáveis por sua situação de miserabilidade”.

A naturalização da questão social neste contexto de exploração adquire um caráter conservador e os problemas sociais são percebidos como processos naturais e individuais, sem qualquer alusão à relação capital/trabalho, pois como dito, essa abordagem reforça a culpabilização dos mais pobres e coloca o trabalho, ou a falta dele, como problema de ordem individual, ignorando o papel do Estado na garantia de direitos sociais e promoção da justiça social. Desta forma, Netto (2022) elucida que para manter o controle social, a burguesia de tempos em tempos percebe a necessidade de reatualizar seu projeto societário conservador.

Como salientado por Netto (2001), é fundamental romper com essa naturalização da questão social e reconhecer que ela é resultado da apropriação privada da riqueza produzida coletivamente pela classe trabalhadora. Portanto, “inexiste qualquer ‘nova questão social’. O que devemos investigar é, a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a superação da ordem do capital” (NETTO, 2001, p. 48).

Em resumo, a vida do sujeito no capitalismo é profundamente determinada pela lógica da produção e seus impactos sociais e humanos estão diretamente ligados a questão social posta. A "questão social", é uma manifestação inseparável da dinâmica específica do capital e, por consequência Netto (2001) nega a possibilidade que exista uma "nova questão social", argumentando que devemos investigar as novas expressões dessa questão que é inerente ao modo de produção capitalista.

CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL

Neste capítulo, é apresentado a formação sócio-histórica do Brasil a partir da relação entre o desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro e as particularidades da questão social. As características de dependência econômica e política brasileira em relação aos países centrais, a escravização dos povos indígenas e africanos, a concentração de terras e a coexistência de elementos arcaicos e modernos na sociedade brasileira são elementos fundamentais para a compreensão da questão social no Brasil. Além disso, a transição da escravidão para o trabalho livre não foi acompanhada por políticas que resguardassem os “novos” trabalhadores, resultando em exclusão social, pobreza, maior precarização do trabalho e falta de acesso a bens e serviços básicos.

2.1 Formação sócio-histórica do Brasil

A compreensão da questão social no Brasil requer uma abordagem que leve em consideração tanto os fatores econômicos quanto as especificidades históricas, culturais e políticas que desempenham um papel crucial na configuração das expressões da questão social no país. Desta forma, a centralidade deste capítulo está na relação posta entre o desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro e as particularidades da questão social, uma vez que, em concordância com Ianni (1989), a relação de dependência econômica e política brasileira deixou marcas profundas nas dinâmicas da questão social do território.

Explorar a dependência econômica e política do Brasil em relação aos países centrais, de acordo com Fernandes (1975), perpassa temas como a escravização dos povos indígenas e africanos, a concentração de terras, a modernização capitalista sob o domínio de uma elite agrária e a coexistência de elementos arcaicos e modernos na sociedade brasileira. Esses são eixos de análise fundamentais para compreender a dinâmica econômica e social do país, bem como suas implicações para a formação nacional e a questão social.

Portanto, um olhar mais atento sobre o processo de constituição do capitalismo no país requer uma recuperação do “sentido da colonização”, conforme definiu Prado Jr. (1994). Nesse sentido, importa-nos identificar que a “descoberta” do Brasil ocorreu através da nova rota para as Índias. Inicialmente, houve pouco interesse por parte de Portugal nas terras americanas. Nos primeiros 30 anos (1500-1530), o governo português restringiu-se a utilizar o território brasileiro apenas para algumas expedições marítimas, com foco principal no reconhecimento da terra e na manutenção de sua posse.

Entretanto, garantir a posse da terra não foi a única razão para o governo português iniciar a colonização. O comércio de Portugal com o Oriente sofreu um declínio devido aos custos elevados associados ao transporte e à manutenção de entrepostos. A disputa entre franceses, ingleses e espanhóis, que exploravam a mesma rota comercial, contribuía para reduzir os lucros portugueses. Portanto, de acordo com Prado Jr. (1994), o governo português, que buscava alternativas para aumentar os ganhos comerciais, passou a enxergar a colonização da América como uma oportunidade para realizar negócios mais lucrativos.

Conforme as leituras de Prado Jr. (1994), é possível compreender que a relação político-econômica de Portugal com o Brasil seguia certas linhas gerais de estrutura de produção complementar e de monopólio comercial. Nesse contexto, a economia da colônia era organizada de forma a servir aos interesses da Metrópole, funcionando como um complemento à produção ou satisfazendo as necessidades de Portugal. A imposição de monopólio comercial, fez com que a Metrópole utilizasse do "direito exclusivo" de conduzir o comércio com a região colonizada. Isso implicava na aquisição de produtos coloniais a preços mais baixos e na venda de mercadorias à colônia a preços mais elevados.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JR. 1994, pág.31).

A primeira fonte de exploração pelos europeus em terras brasileiras foi o Pau-Brasil. Como apontado por Fernandes (1963), a extração do Pau-Brasil nesse período dependia da mão de obra escravizada dos indígenas. Entretanto, devido à sua natureza predatória, a exploração do Pau-Brasil envolvia, em certa medida, um comportamento nômade. Os exploradores se deslocaram pelas matas litorâneas à medida que os recursos madeireiros se esgotaram. Como resultado desse padrão de exploração, não se juntaram núcleos significativos de povoamento. Em vez disso, foram constituídas apenas algumas feitorias⁵ em pontos específicos da costa brasileira.

A segunda matéria-prima a ser mercantilizada no Brasil colônia foi a cana-de-açúcar. Ao implementar a empresa açucareira no Brasil, Portugal abandonou a característica de território meramente extrativista (exploração do Pau-Brasil) e começou a montagem de uma organização produtiva dentro das diretrizes do sistema colonial. A produção da cana-de-açúcar para o mercado europeu marcaria a história colonial do Brasil.

Como já salientado, inicialmente o colonizador utilizou do trabalho do indígena escravizado, uma solução relativamente barata e em quantidade suficiente para atender a demanda de mão de obra na colônia. Entretanto, em um curto espaço de tempo, o ciclo da cana-de-açúcar acabou por superar em importância a atividade extrativa do Pau-Brasil, apesar de sua intensa exploração ter persistido até o início do século XVII.

No Brasil, após uma fase inicial de intensa utilização do trabalho indígena, seja através das missões ou colégios das ordens religiosas, seja através da escravidão por guerra justa, predominou a escravidão africana. Desde o final do século XVI até aproximadamente 1640 deu-se uma dramática redução da população indígena, compelindo os colonos portugueses a buscar formas alternativas de trabalho. Utilizando uma experiência já havida no Portugal metropolitano e nas ilhas

⁵ Desempenhavam um papel de centros administrativos nas colônias, onde os representantes da Coroa exerciam a gestão de questões locais, a arrecadação de impostos e a aplicação das leis. Além disso, foram utilizadas como pontos de intercâmbio comercial entre europeus e povos nativos, assim como entre os colonizadores. Desta forma, as feitorias eram determinantes para a exploração de recursos naturais, como o Pau-Brasil, e para a negociação de produtos locais.

atlânticas, optou-se pela escravidão africana, originando um lucrativo tráfico de escravos entre as costas da África, a Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro (LINHARES; SILVA. 1999, pág. 58).

Prado JR. (1994) indica que a mão de obra escravizada africana se tornou a base das principais atividades econômicas desenvolvidas no período colonial. Diversos setores da Igreja Católica e da Coroa opuseram-se à escravização dos indígenas, uma postura que não se repetiu no que diz respeito à escravização dos povos africanos. Novais (1983) argumenta que a preferência pela escravização dos africanos foi predominantemente impulsionada pelos lucros provenientes do tráfico negreiro. O comércio de escravos promovido pelos europeus a partir do século XVI alinham os interesses dos grupos escravistas em três continentes: África, Europa e América.

Os rendimentos do comércio de escravos foram direcionados para a Metrópole, beneficiando os comerciantes envolvidos, bem como a Coroa, que receberam os impostos correspondentes. Segundo Novais (1983), essa análise ressalta a influência econômica como fator determinante na escolha do tipo de escravidão, destacando a conexão intrínseca entre interesses financeiros, comércio de escravos e a estruturação do sistema colonial no Brasil.

A escravidão foi o regime de trabalho predominante na colonização do Novo Mundo; o tráfico negreiro que a alimentou, um dos setores mais rentáveis do comércio colonial. Se a escravidão africana acrescermos as várias formas de trabalho compulsório, servil e semi-servil, resulta que estritíssima era a faixa que restava, no conjunto do mundo colonial, ao trabalho livre. A colonização do Antigo Regime foi, pois, o universo paradisíaco do trabalho não-livre, o eldorado enriquecedor da Europa (NOVAIS, 1983, pág. 98).

Em meados do século XIX, as condições econômicas e políticas se alteraram para atender às exigências impostas de fora. Segundo Fernandes (1975), quanto mais o capitalismo se desenvolvia nos países centrais a escravidão das colônias era vista como um empecilho para consolidar a transição para o capitalismo nas terras brasileiras. Portanto, era fundamental a abolição do trabalho escravizado e a instauração de trabalhadores livres e assalariados. Assim, o colonialismo mercantilista

contrapunha-se ao capitalismo em desenvolvimento que tinha como base o trabalho assalariado e o livre-comércio. A partir das análises de Fernandes (1975), é possível evidenciar que no processo de subjugação da sociedade brasileira, o controle que antes pertencia à monarquia é transferido para os chamados países desenvolvidos que assumem o controle da exploração da terra e do trabalho em território brasileiro. Para continuar explorando as riquezas da colônia, o governo metropolitano precisava incentivar em certo nível o desenvolvimento da economia.

Para Fernandes (2020, p.227), o desenvolvimento do capitalismo brasileiro foi dependente desde o seu surgimento ao capital externo. Para referendar esta afirmação, o autor aponta três fases distintas desse processo. A primeira delas ele denominou de fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno. A segunda fase de formação e expansão do capitalismo competitivo e, por último, a fase de irrupção do capitalismo monopolista”. No primeiro momento, a transição neocolonial acontece sem uma verdadeira transformação nas estruturas sociais e econômicas visto que manteve uma economia baseada na monocultura e até mesmo na escravidão, mas agora desvinculado de Portugal.

Na segunda fase, houve a consolidação do capitalismo competitivo, com o desenvolvimento de uma economia industrial e a expansão do mercado interno. A partir da combinação de elementos arcaicos e modernos, ou seja, da coexistência de elementos sociais, econômicos e culturais tradicionais (arcaicos) com elementos modernos, muitas vezes importados dos países centrais. Em outras palavras⁶, Fernandes (1975) argumenta em suas análises que a sociedade brasileira se caracteriza pela coexistência de elementos arcaicos, que remontam ao período colonial, com elementos modernos, que resultam das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas desde a independência do Brasil.

⁶ Os elementos arcaicos são caracterizados por práticas e estruturas sociais tradicionais que remontam ao período colonial, como a dependência econômica e política em relação aos países centrais, a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos, a influência do conservadorismo e a hierarquização da família e das grandes empresas. Por outro lado, os elementos modernos são resultado das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas desde a independência do Brasil, como o desenvolvimento do capitalismo competitivo, a industrialização nas economias dependentes e a integração da América Latina no mercado mundial.

O terceiro momento de desenvolvimento do capitalismo brasileiro é marcado pela reorganização do mercado e do sistema de produção, com a entrada do capitalismo monopolista e a influência crescente de empresas multinacionais. Isso aprofundou a dependência econômica do Brasil em relação às potências estrangeiras e reforçou as desigualdades sociais.

Em continuidade, Fernandes (1975) argumenta que a integração ao capitalismo é ainda mais selvagem nos países periféricos impedindo qualquer conciliação entre democracia, capitalismo e autodeterminação nacional⁷. É possível compreender que a gênese da questão social brasileira está posta nas relações de trabalho escravas que tiveram profundas consequências para a formação social brasileira e para a categoria trabalho. Ianni (2004) elucida que após anos de escravização a formação de uma economia capitalista no Brasil não dependia apenas de sua integração no modo de produção, mas também do grau de penetração do mercado capitalista externo.

Desta forma, as colônias se desenvolveram em um território marcado pela exploração do trabalho escravizado, pelo trabalho livre precarizado e pela subordinação aos países centrais. Marini (2000) argumenta que a industrialização nas economias dependentes é baseada em uma relação desigual com os países desenvolvidos, que fornecem tecnologia e capital em troca de matérias-primas e mão de obra barata. Assim posto, a integração da América Latina no mercado mundial, segundo Marini (2000), se desenvolve a partir da estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional, a partir da produção de “metais preciosos e gêneros exóticos”.

Conforme as leituras de Fernandes (1975), é possível compreender que apesar da importância do latifúndio exportador, as atividades econômicas dirigidas ao mercado externo não foram as únicas praticadas no período colonial. Além dos senhores de engenho, dos produtores de tabaco e dos comerciantes portuários

⁷ Fernandes aponta que a autodeterminação nacional não se limita apenas à independência política, mas também abrange a capacidade dos diferentes grupos sociais de terem controle e autonomia sobre suas realidades, especialmente no que diz respeito às suas condições sociais, econômicas e culturais. Envolve a criação de condições que permitem a participação plena de toda a sociedade via política e social do país.

envolvidos na exportação para a Metrópole, desenvolveram-se no Brasil colonial um contingente de pecuaristas e pequenos proprietários rurais que se dedicavam à produção das chamadas culturas de subsistência. Dessa forma, nos primeiros séculos da colonização, uma parcela significativa da população residia nas áreas rurais, principalmente em grandes propriedades ligadas à produção agrícola e pecuária.

Esta estrutura fundiária vigorou no país por longos períodos, criando uma enorme concentração de terras e dando aos proprietários um poder econômico, político e social exercido sobre uma grande massa, sendo responsável também pela origem da figura do “coronel”. Este era assim denominado pelo controle que exercia sobre a “tropa”, ou seja, o povo, indicando candidatos políticos, controlando a lei, a religião e decidindo até sobre a vida das pessoas, estabelecendo uma relação de dependência e de domínio sobre os escravos e, mais tarde, sobre os trabalhadores assalariados e livres (OLIVEIRA, 2017, pág. 86).

Ademais, as oligarquias que se desenvolveram no Brasil refletem a relação do Estado com a construção da sociedade e tal correlação permitiu um alicerce para o estabelecimento dos ideais liberais na organização do Estado. Essa relação estabelecida entre o Estado e os proprietários de terras contribui para a dependência do Brasil em relação aos mercados externos a partir da manutenção de formas antigas de controle social (combinação do arcaico e moderno).

Fernandes (1975) argumenta que o Brasil não vivenciou o modelo clássico de revolução burguesa observado em países europeus. Em vez disso, ocorreu uma modernização capitalista sob o domínio de uma elite agrária e com a manutenção de estruturas sociais tradicionais. O resultado foi um capitalismo dependente onde o desenvolvimento industrial e a urbanização coexistem com uma elite que controla o poder político e econômico.

Como apontado por Oliveira (2017) é válido ressaltar que

a dependência econômica do país remonta aos períodos da colonização, servindo apenas como fonte de matéria prima e riqueza para a Europa, iniciando sua relação com os outros países mais desenvolvidos com o objetivo de atender aos interesses do capital mercantil (OLIVEIRA, 2017, pág. 86).

O comércio de exportações manteve-se como a principal atividade econômica ao longo do século XIX no Brasil. A propriedade rural, por sua vez, representava não apenas a posse da terra, mas também era o símbolo do poder econômico e social. Por consequência, cabe ressaltar que as transformações em prol do desenvolvimento do capitalismo não beneficiaram igualmente todas as regiões do Brasil. Como apresentado por Prado Jr. (1994) a expansão do café, o crescimento urbano e a industrialização se concentraram principalmente na região sudeste, tornando-se evidente que os benefícios das transformações capitalistas não alcançaram de forma uniforme todas as regiões do país.

O crescimento dos setores industriais e de serviços não foi capaz de revitalizar de maneira abrangente e profunda a estrutura econômica tradicional do Brasil. Como apresentado por Fernandes (1975), a dependência econômica foi estabelecida para atender aos interesses do capital mercantil, favorecendo os países mais desenvolvidos. Assim posto, o "capitalismo dependente" é a forma de organização econômica em que países periféricos, como o Brasil, são subordinados a países centrais da economia global. Resultando em uma estrutura econômica desigual onde os setores produtivos mais avançados são controlados por empresas estrangeiras e o país permanece dependente de capital externo.

Apontamos o potencial de desigualdade e exploração durante o período de transição capitalista, pois os países periféricos possuíam menos controle sobre suas economias e recursos. A aristocracia agrária optou pela dinamização do sistema de importação-exportação para a consolidação do mercado capitalista moderno. Portanto, pode-se dizer que a formação sócio-histórica brasileira se dá com base em um sistema colonial, escravagista e patriarcal, extremamente funcional para o capital.

Conforme destaca Oliveira (2017), a substituição da escravidão pelo trabalho livre, como base da força de trabalho no Brasil, abriu caminho para a chegada de ondas de imigrantes, principalmente da Europa. Tal mudança reflete estratégias já utilizadas no continente europeu, onde a expulsão da força de trabalho era uma prática comum para implementar o processo de acumulação capitalista. A entrada massiva de imigrantes revelou-se um elemento chave na transição do país para uma nova fase econômica.

Criou-se o imaginário social de que o trabalhador europeu chegou à sociedade capitalista brasileira por ser superior à mão de obra nacional, uma vez que o não-branco era visto como incapaz de se integrar a sociedade. Entretanto, como apontado por Moura (1988) e Oliveira (2017), os imigrantes eram os expurgos da sociedade europeia. Chegaram ao Brasil com a promessa de propriedade, de assistência e de remuneração, mas se depararam com condições de trabalho próximas às vivenciadas pelos escravos nas fazendas.

Logo, o começo da industrialização do Brasil se dá a partir de uma classe trabalhadora estrangeira. Nesse contexto, assistiu-se não apenas a uma tentativa de “branqueamento” étnico da população, mas também a uma transformação nos setores produtivos. É importante salientar que o movimento imigratório não ocorreu de maneira competitiva, uma vez que os ex-escravos não foram inseridos inicialmente na lógica do trabalho livre. A vinda dos imigrantes para o país foi influenciada por fatores como oferta de trabalho, políticas governamentais e as necessidades específicas de diferentes setores econômicos.

Moura (1988) elucida que as razões econômicas determinaram o sucesso da substituição da mão de obra. Assim como a substituição do escravismo indígena para o africano. A substituição do trabalho do escravo negro pelo do imigrante europeu foi justificada pela “incapacidade” do ex-escravo de realizar o trabalho no nível do trabalhador já assalariado na Europa. Desta forma, como destacado por Ianni (1989), a história dos antagonismos e conflitos raciais segue a história das relações político-econômicas das classes sociais brasileira, resultando em uma forma desigual de participação dos negros no produto do trabalho social, a partir de instabilidade, desregulamentação e relações de baixa remuneração.

Diante do exposto, a compreensão da formação sócio-histórica do Brasil para o surgimento da questão social é de extrema relevância. Sendo assim, faz-se necessário compreender tal questão como parte constitutiva das relações de dependência existentes no país. Na próxima seção, será elucidado o processo da emergência da questão social brasileira a partir das características já elencadas nessa seção.

2.2 Os desdobramentos da questão social no Brasil

Como sugere Ianni (1989), é possível evidenciar que a questão social no Brasil surge a partir do declínio da escravização, ou seja, à medida que as repúblicas se formaram, desde a abolição da escravidão e do fim da monarquia, a questão social tornou-se um elemento essencial, uma vez que a mesma está na base dos movimentos da sociedade como um elo do capitalismo.

É claro que durante a vigência do trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente (IANNI, 1989, pág.146).

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, passando a participar efetivamente do modo de produção capitalista há pouco mais de 100 anos. Porém, o Estado negligenciou a existência da “nova” parcela da população, pós-período escravista. Vale ressaltar que a luta pela abolição da escravidão surge como imposição externa, em face da expansão do capitalismo industrial e bancário, não significando a promoção de políticas de assistência voltadas para inserir os escravos no mercado de trabalho ou no âmbito social.

Fernandes (2008) caracteriza este processo de segregação como heteronomia racial, ou seja, a desigualdade de raças imposta aos negros e indígenas que implicam em sua dominação pelo branco burguês. Tal processo foi desenvolvido durante a colônia, mas para além disso, é uma estrutura que articula a continuação dessa dominação, agora em novas roupagens capitalistas. Se manifesta na mentalidade, no comportamento e nas relações sociais dos indivíduos, perpetuando a desigualdade econômica, social e política entre não-brancos e brancos.

Em continuidade, a mesma não se configura apenas a partir da discriminação racial, mas também a partir da incorporação do capital dessa desigualdade, dando continuidade ao padrão de dominação escravistas, onde se mantiveram a dominação não só pela raça, mas pela classe, ou seja, na dicotomia entre burgueses e trabalhadores não-brancos. Para Fernandes (2008), a heteronomia racial está intrinsecamente ligada à constituição do capitalismo dependente brasileiro.

É um mecanismo funcional para a ordem societária vigente, sendo constantemente revitalizada. Ela mantém a distância social e o isolamento sociocultural entre diferentes grupos raciais, conservando estruturas arcaicas de desigualdade. É possível compreender que a discriminação racial não cria a heteronomia racial, pois esta é herança do sistema colonial e escravocrata, sendo revitalizada pelos interesses econômicos, políticos e culturais da ordem burguesa.

Como bem assinalou Behring (2003), os negros foram excluídos do processo de modernização capitalista. O que se evidenciou na realidade foram investimentos que beneficiaram os senhores de terra e até mesmo os trabalhadores imigrantes. Ao longo da fase abolicionista, o governo brasileiro implementou três leis de “proteção” que buscavam regulamentar e lidar com a “questão social” resultante do fim do sistema escravista. No entanto, essas leis não tiveram um impacto real na melhoria das condições de vida da população escravizada.

Oliveira (2017) aponta que uma das leis promulgadas nesse período foi a Lei de Terras de 1850, que tinha como objetivo preservar o domínio patrimonial dos grandes fazendeiros. Essa lei impedia o acesso à terra por meio de qualquer outro meio que não fosse a compra, o que excluía os escravos, que não possuíam renda para adquirir propriedades. Essa lei beneficiava os donos de escravos pois continuavam sendo os proprietários de terras.

Outra lei implementada foi a Lei do Ventre Livre, de 1871, que declarava livres todos os filhos de mãe escrava a partir da sua promulgação. No entanto, na prática, essa lei teve efeitos negativos, pois os donos de escravos se sentiram liberados da obrigação de alimentar os filhos dessas escravas, que seriam considerados “livres”. Já a Lei do Sexagenários, de 1885, declarava livres os escravos com mais de 65 anos,

com intuito de retirar a responsabilidade dos senhores de escravos pelos escravos idosos. No entanto, essa lei teve pouco alcance devido ao pequeno número de escravos que conseguiam chegar a essa idade.

Na prática, essas leis beneficiaram os donos de escravos que mantiveram suas terras e foram “liberados” de qualquer obrigação trabalhista com os escravos “libertos”. Fernandes (1975) esclarece que mesmo quando o país deixa de utilizar o regime de trabalho escravo e passa a adotar o trabalho livre, não há uma ruptura com a concepção do trabalho instaurado no país, permanecendo um legado assentado nas estruturas arcaicas. Behring (2003) indica que a cidadania brasileira esteve durante muito tempo restrita aos proprietários de terras, de modo que o trabalho, base do desenvolvimento social, fosse associado a um conceito pejorativo e subalterno – consequência da escravidão. Moura (1988) aponta que neste processo contraditório da passagem da escravidão para o trabalho livre, o negro é caracterizado como incapaz de trabalhar como assalariado. Assim surge o mito da incapacidade do negro para trabalho, os ex-escravos passam a ser estereotipados como indolentes e não adequados para o novo tipo de trabalho realizado no modo de produção capitalista.

Ademais, o Estado não pensou em nenhuma política para resguardar aqueles sujeitos que estavam saindo da condição de trabalho escravo para o trabalho livre, nem pela via social nem pela via do trabalho. Moura (1988) aponta que alguns sociólogos supõem que acabada a escravidão os negros saíram em pé de igualdade para formar a classe trabalhadora brasileira, mas na prática não é isso que acontece. Conforme apresentado por Fernandes (1975) e Prado Jr. (1978), enquanto na Europa o proprietário de terras evolui para o camponês capitalista, no Brasil, a falta de uma reforma agrária favoreceu a preservação de um sistema repleto de distorções, combinando valores políticos e sociais arcaicos com a modernização urbana, revelando-se contraditória e desigual.

Observa-se que a modernização capitalista se desenvolve sem obrigatoriamente passar por uma revolução burguesa. Para Prado JR. (1978), essa conjuntura revela a predominância de uma dinâmica econômica em que as transformações estruturais foram conduzidas de cima para baixo, sem a efetiva participação e influência das camadas populares. A falta de um movimento burguês

revolucionário e a ausência de uma convergência entre trabalhadores rurais e urbanos evidenciam uma lacuna na mobilização social, destacando a centralização do poder nas mãos do Estado e a dependência econômica externa como fatores determinantes no processo de desenvolvimento no contexto brasileiro.

Esta foi a forma como o liberalismo foi introduzido no Brasil e serviu como instrumento para a defesa da liberdade e da igualdade, mas que na sua essência se limitou a manter os privilégios da elite nacional. É dessa forma que vemos a conjunção entre moderno e arcaico na estrutura capitalista brasileira (OLIVEIRA, 2017 pág. 27).

Segundo Fernandes (1975), o objetivo da elite agrária, ao se integrar ao mercado capitalista, era ampliar sua influência social para garantir a acumulação de riqueza. Para esse propósito, contudo, ela teve que abrir mão de interesses nacionais e manter alianças com o capital estrangeiro. Ao preservar as formas de dominação patrimonialista sob a nova configuração estamental, a elite vislumbrava um futuro ancorado na preservação do passado, garantindo assim seus privilégios e a concentração de renda no país.

As exigências da economia, os desenvolvimentos das forças produtivas, as possibilidades da industrialização, exigem que as relações de produção sejam formalizadas, institucionalizadas. Desse modo, o trabalho pode atender melhor às exigências do desenvolvimento e diversificação do sistema econômico. “Modernizar” as relações trabalhistas, as condições de oferta e demanda de força de trabalho pode ser uma exigência do mercado, da grande empresa, da industrialização, do comércio exterior e até mesmo do capital estrangeiro (IANNI, 1989 pág., 151).

Behring (2003) argumenta que a transição da ordem econômica colonial para a produção capitalista implicou na assimilação do fluxo de renda, impulsionando a economia de mercado e estabelecendo novos padrões de consumo originados também da urbanização. Vale ressaltar que essas transformações não se opuseram à estrutura colonial; ao contrário, buscavam uma maior internalização do poder econômico, político e social.

A modernização, nesse contexto, trouxe consigo características do período colonial e da escravidão, resultando em uma cultura política fundamentada na

dependência, no domínio e na violência. Assim posto, a questão social é influenciada por fatores históricos, políticos e culturais específicos e por consequência a dependência econômica e política do país em relação aos países centrais deixou marcas profundas nas dinâmicas da questão social e na representação política. Ianni (1989, p.147) considera que a sociedade é, portanto, “uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social”.

Como já esclarecido, Fernandes (1975) argumenta que o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro foi estabelecido para atender aos interesses do capital mercantil dos países centrais da economia global. Este processo resultou, como apontado por Fernandes (1975), em desigualdades econômicas, concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos, marginalização da população indígena e afrodescendente, perpetuação de um modelo econômico excludente e limitação da cidadania brasileira em relação ao acesso aos direitos. Isso não significou que o Estado brasileiro não criou mecanismos para minimizar os impactos das desigualdades econômicas e sociais no país. Mas o fizeram de forma a manter sob controle da classe trabalhadora para impulsionar o crescimento econômico.

Aos poucos, alguns setores dominantes e os governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade. Ainda que utilizem outras denominações e preconizem a violência contra as reivindicações e os protestos, ainda assim começa-se a reconhecer que algo pode mudar, que alguma negociação pode haver, sem que o status quo seja abalado. Tanto assim que ao longo das décadas de 20 e 30 os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia: e começar a ser tratada como um problema político (IANNI, 1989, pág., 146).

De acordo com as análises levantadas, a intervenção estatal e dos setores dominantes frente às manifestações e protestos relacionados à questão social podem ser caracterizadas por elementos como repressão e criminalização. Esses mecanismos são utilizados para evitar formas de organização política que colocam em questão a ordem social vigente e para manter a “paz social” e a lei e ordem estabelecidas. Segundo Iamamoto (2008), a mundialização do capital reproduz de

forma ampliada a questão social no espaço mundial, ampliando as desigualdades e disparidades sociais e econômicas, afetando não apenas os países periféricos, mas também os países ricos.

Em síntese, como apresentado por Marx (2013) quanto mais cresce a força de trabalho disponível aumenta a acumulação do capital gerando assim uma acumulação da miséria. A produção da riqueza é, portanto, simultaneamente, a produção da miséria. Miséria material do trabalhador, mas sobretudo, miséria humana. A divisão do trabalho estabelecida na sociedade brasileira reflete uma estrutura social rigidamente estratificada e que se reatualiza constantemente. Desta forma, o acirramento da concorrência entre os trabalhadores e intensificação da exclusão social, pobreza, precarização do trabalho, falta de acesso a bens e serviços básicos, violência urbana fazem parte do desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira constituem-se como parte da herança do passado colonial e que ainda deita suas raízes nos dias atuais, tornando-se fundamental para a compreensão da questão social e sua gênese no país.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo ponderar as características da questão social no modo de produção capitalista e suas expressões a partir da formação sócio-histórica do Brasil. Para tal análise, foi levado em consideração a construção da categoria trabalho na sociedade moderna, uma vez que no modo de produção capitalista, a classe trabalhadora é responsável por produzir bens e serviços que compõem a riqueza coletiva da sociedade. Como mencionado por Marx (2013), por meio de seu trabalho, os trabalhadores contribuem para a produção de valor econômico, seja na forma de manufatura, prestação de serviços, ou outras atividades produtivas.

No entanto, a apropriação dessa riqueza, ou seja, a tomada de posse dos lucros e benefícios gerados por esse trabalho, está concentrada nas mãos da minoria que detém os meios de produção. A disparidade na apropriação da riqueza é uma das características fundamentais do modo de produção capitalista, em que a classe trabalhadora muitas vezes não tem participação significativa nas decisões econômicas e na distribuição dos lucros gerados por seu trabalho.

Por conseguinte, as expressões da questão social são fruto das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, baseado na exploração do trabalho humano em prol do lucro. A partir da perspectiva marxiana, é possível compreender que a desigualdade social é uma característica estrutural do modo de produção capitalista, visto que a distribuição de riqueza e poder é desigual e concentrada nas mãos de uma minoria privilegiada.

No âmbito nacional, a questão social é agravada por suas particularidades históricas e sociais, marcadas por uma herança escravista, pela concentração de terras e riquezas, além de uma profunda heterogeneidade regional. Desse modo, torna-se fundamental uma análise aprofundada dessa questão para uma alteração na realidade social brasileira. Fernandes (1975) destaca que nos países periféricos a transição para o capitalismo foi muito mais brutal do que para os países centrais.

Além disso, Fernandes (1975) e Marini (2000), sustentam que o Brasil é caracterizado pela dependência econômica em relação aos países centrais e, conseqüentemente, a economia brasileira funciona como um exportador de matérias-primas e recursos naturais em troca de produtos industrializados e tecnologia. Ressalta-se que o capitalismo tardio no Brasil se caracterizou pela concentração de terras, a exploração intensa do trabalho, a desigualdade social e a dependência econômica. Em virtude disso, atualmente é possível evidenciar políticas públicas direcionadas ao trabalhador, mas que não afetam a acumulação de capital, intensificando ainda mais a dominação do mesmo.

Em síntese, os autores argumentam que as transformações nos países periféricos são mais complexas. Desta forma, a democracia muitas vezes é limitada pela influência das elites econômicas e pela necessidade de manter o modo de produção capitalista em funcionamento, o que se reflete em um aprofundamento da questão social. Outrossim, conforme Ianni (1989), a forma como a questão social é desenvolvida e apresentada em um determinado tempo histórico depende do comportamento dos sujeitos nesse processo. Logo, entende-se que a questão social se expressa na arena de lutas políticas e culturais que existem entre os projetos sociais antagônicos.

Observa-se, portanto, que a forma como a questão social é detalhada e abordada varia de maneira significativa. Netto (2022), por exemplo, aponta que, em projetos societários neoliberais, a questão social pode ser entendida como resultado da falta de mérito individual e, como consequência, a responsabilidade de resolvê-la recai principalmente sobre o indivíduo, o que leva ao enfraquecimento das políticas de assistência social e a cortes nos programas de proteção social. Em contrapartida, em projetos societários mais progressistas, a questão social é vista como um reflexo das estruturas de poder e da distribuição desigual de recursos. Nesse contexto, o Estado e a sociedade têm um papel mais ativo na promoção de políticas sociais, objetivando reduzir as desigualdades, promover a inclusão social e garantir os direitos básicos para todos os cidadãos.

Netto (2001) destaca que a questão social não é um fenômeno recente, mas sim uma "velha questão social" inscrita na própria natureza das relações sociais

capitalistas. O autor também aponta que a questão social se reproduz sob novas mediações históricas e assume inéditas expressões espraiadas em todas as dimensões da vida em sociedade. Desta forma, a questão social se manifesta de forma diferente em cada país latino-americano, devido às características próprias de cada nação que influenciam nas expressões da questão social.

Como apontado por Fernandes (1975) e Ianni (1989), as particularidades históricas e sociais do Brasil incluem a herança escravista, a concentração de terras e riquezas, além de uma profunda heterogeneidade regional. Sendo assim, é possível compreender que as particularidades históricas, sociais e econômicas influenciam diretamente nas expressões da questão social, entretanto, tal análise não pode ser dissociada da categoria trabalho.

A escravidão teve um impacto profundo na categoria trabalho no modo de produção capitalista no Brasil. Como mencionado as medidas tomadas para abandonar a escravidão e adotar o trabalho livre não levaram em consideração os negros libertos, que estavam em desvantagem em relação aos trabalhadores imigrantes. Essa competição desigual resultou na concentração dos negros em setores de trabalho precários e na exclusão social.

Há uma fragilidade evidente na categoria trabalho no país, com consequência direta da formação sócio-histórica brasileira e do desenvolvimento do capitalismo tardio no país. Duriguetto e Montañó (2010) argumentam que a criminalização das classes subalternas e de seus movimentos sociais é intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo, utilizando o Estado para responder às expressões da questão social em prol de sua própria reprodução. Como resultado, é possível perceber o aumento do cárcere da população negra brasileira, como também o lucro com o aumento das privatizações dos presídios e com o debate sobre a redução da maioria penal.

Por conseguinte, como esclarecido por Ianni (1989) nas décadas de 1920 e 1930 os setores conservadores aceitam que a “questão social” é um obstáculo político e não mais um problema de polícia. Todavia, na década de 1930, com a presença do populismo Vargasista, a “questão social” estava longe de se deixar de ser considerada

um problema de polícia. Esta era marcada com repressão nos diferentes movimentos populares, a fim de exaurir esses movimentos.

Ademais, o acelerado processo de industrialização e urbanização do país desencadeia de forma mais expressiva a contradição entre o capital e o trabalho. De um lado o Brasil começa a se tornar uma potência econômica no cenário mundial, de outro as mazelas em que vive a população está mais acirrada. Segundo Ianni (1989), na década de 1930, via-se a questão social como um problema de disciplina.

Mais adiante, a década de 1970 foi marcada pela crise do capital por meio do declínio das taxas de lucro, que ocorreram devido a não realização do capital através de suas mercadorias, gerando uma crise de superprodução e conseqüentemente de desemprego. Dessa forma, se buscou sair da crise por meio da reestruturação produtiva que tinha como um dos seus aspectos a acumulação flexível que agravou as condições de trabalho precarizado.

No Brasil a chegada do neoliberalismo só ocorreu nos anos 1990, já que a década anterior foi marcada pela reabertura democrática, a reação da Constituição Federal e pelo protagonismo dos movimentos políticos e sociais. Segundo Draibe (1993) o neoliberalismo se dividiu em duas fases. A primeira foi de contestação do Estado de bem-estar social, uma vez que considerava que no modelo social-democrata havia desperdícios de gastos públicos e uma ineficiência dos serviços públicos. A segunda fase foi um período no qual havia uma focalização dos programas sociais sem a concepção de universalidade. Dessa forma, as políticas públicas são destinadas apenas para as questões que o mercado não é capaz de resolver, atuando como uma política compensatória para uma pequena parcela da população.

O final da década de 1990 foi marcado pelo aumento da pobreza, do desemprego e da desigualdade social no país. Logo, o Estado assume um papel repressivo e punitivo para administrar essas desigualdades, ao combater a questão social por meio da moral que, por sua vez como apontado por Oliveira (2010), se dá por meio da chamada “guerra às drogas” que na verdade é um genocídio a população negra e pobre ao utilizar de um discurso ideológico de que a pobreza é uma ameaça.

A classe dominante utiliza a fragilidade da categoria trabalho como instrumento para ocultar a luta de classes e os processos organizativos dos movimentos sociais. No Brasil, essa fragilidade está diretamente vinculada ao racismo, que, fundamentado em perspectivas eurocêntricas, perpetua a ideia de superioridade da raça branca. Isso resulta no ideário de que a população pobre, especialmente negra, é intrinsecamente perigosa, perpetuando a criminalização da questão social.

Em vez de reconhecer as demandas legítimas por melhores condições de trabalho, a judicialização é empregada para criminalizar esses movimentos, associando-os à criminalidade e estigmatizando as classes subalternas. O Poder Judiciário, assim, torna-se um instrumento de legitimação do poder repressivo do Estado, deslegitimando as lutas e os movimentos sociais no processo.

Como apontado por Behring e Boschetti (2017), não vivemos um Estado de bem-estar social como em outros países, o qual não permitiu a ampliação dos direitos sociais diminuindo a pobreza e as desigualdades econômicas e sociais. A “expansão dos direitos civis, sociais, econômicos, políticos e culturais” em nosso país ainda é realidade muito distante e, como sinalizaram Behring e Boschetti (2017), seria uma grande conquista se tivéssemos um Estado de direitos.

Dessa maneira, coloca a questão social como uma questão moral e individual sem a compreensão da sua totalidade social. Dentro do contexto do capitalismo, a relação entre trabalho e capital é essencial para compreender as desigualdades e presentes na sociedade, uma vez que as expressões da questão social decorrem dessa relação desigual e injusta, em que a classe trabalhadora constantemente luta pela sua subsistência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo o trabalho**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **O Brasil em contra reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 7 ed. São Paulo: Cortez, v.2, 2017.

CUNHA, Elcemir Paço. **Contribuição ao debate da questão social em Marx**. In: Serviço social e questão social: Implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

DRAIBE, Sonia. M. **As políticas sociais e o neoliberalismo – Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas**. Revista USP, 1993.

DURIGUETTO, Maria Lucia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. Editora Cortez. São Paulo, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A Constituição Inacabada**. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume I. Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kottler Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Questão social no capitalismo**. In: Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ª. ed. São Paulo. Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octavio. **A Questão Social**. In: Revista USP. p.145 – 154, setembro, outubro e novembro, 1989.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 2004.

LINHARES, Maria Yedda; Silva, Francisco Carlos Texeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. (Livro I, v. I).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. In: Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7ª.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. Revista Novos Rumos, [S. l.], v. 50, n. 1, 2022.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1983.

OLIVEIRA, Edneia Alves. **A política de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida.** Curitiba: Editora CRV, 2017.

OLIVEIRA, Edneia Alves. **Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas.** Revista Katalysis, Florianópolis, v.13, n. 2, p. 276-283, 2010.

PAULA, João Antonio de. **A produção do conhecimento Marx.** A Produção do Conhecimento e o Serviço Social. Caderno Abess, n.5, Cortez: São Paulo 1992.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1994.